

ENTRE JULGAMENTO E ACOLHIMENTO: debates sobre direitos reprodutivos em grupos de mulheres no WhatsApp e no Facebook¹

BETWEEN JUDGMENT AND ABETMENT: debates on reproductive rights in women's groups on WhatsApp and Facebook

Luciane Leopoldo Belin²

Resumo: A partir de um websurvey realizado com 470 mulheres brasileiras e 109 argentinas, o artigo discute quais as percepções das participantes, em sua maioria mulheres cisgênero, sobre grupos online restritos enquanto espaços de discussão e trocas de experiência sobre direitos sexuais e reprodutivos. Os dados quantitativos e qualitativos sugerem que se trata de ambientes contraditórios onde prevalecem as sensações de acolhimento e compreensão, especialmente nos grupos sobre aborto, ao mesmo tempo em que o sentimento de desconforto é citado por quase um terço das entrevistadas e o julgamento aparece como elemento inibidor das narrativas. As participantes tendem a confiar no próprio bom senso para discernir publicações verdadeiras de outras que promovem desinformação; parte significativa já tomou decisões que impactaram suas vidas pessoais a partir de informações obtidas em grupos de WhatsApp e Facebook, apontando o potencial de transformação dos relatos pessoais e trocas de experiências entre mulheres em ambientes digitais.

Palavras-Chave: Comunicação. Redes sociais online. Direitos sexuais e reprodutivos.

Abstract: Based on a websurvey carried out with 470 Brazilian and 109 Argentinian women, the article discusses the perceptions of the participants, mostly cisgender women, about restricted online groups as spaces for discussion and exchange of experiences on sexual and reproductive rights. Quantitative and qualitative data suggest that these are contradictory environments, where feelings of acceptance and understanding prevail, especially in the abortion groups, while the feeling of discomfort is cited by almost a third of the interviewees and judgment appears as an element inhibitor of narratives. Participants tend to rely on their own common sense to discern truthful posts from others that promote misinformation; A significant part made decisions in the past that impacted their personal lives based on information obtained from WhatsApp and Facebook groups, pointing to the transformative potential of personal narratives and exchanges of experiences between women in digital environments.

Keywords: Communication. Social Media. Sexual and Reproductive Rights.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Mídia, Gênero e Raça da 10ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (10ª COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Ceará (UFC), 09 a 10 de maio de 2023.

² Doutoranda em Comunicação pelo PPGCOM/UFPR. lucianebelin@gmail.com.

1. Introdução

Internacionalmente, os Direitos Reprodutivos são entendidos como a garantia de que cada indivíduo e casal poderão “decidir livre e responsabilmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer”. É o que diz o relatório da Conferência Internacional da Organização das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada no Cairo, em 1994. O documento também cita a garantia de gozar de boa saúde sexual e reprodutiva e o direito de “tomar decisões sobre a reprodução, livre de discriminação, coerção ou violência” (CIPD, 1994, p. 62). Em alguns países da América Latina, mesmo aqueles em que os direitos sexuais e reprodutivos são contemplados na legislação, a autonomia dos indivíduos esbarra em limitações institucionais, sociais e culturais, como o estigma sobre o aborto voluntário, por exemplo.

Os dois países que compõem o recorte geográfico deste artigo, Brasil e Argentina, são amostras de nações com legislações distintas, mas cujas populações encontram barreiras similares para o exercício da autonomia sexual e reprodutiva, ainda que em escalas variadas. No caso do Brasil, embora conceda o direito à licença maternidade e ao planejamento familiar e proíba a esterilização cirúrgica, o Código Penal de 1940 ainda é a lei responsável por criminalizar o aborto, estabelecendo pena de um a três anos de prisão para interrupção voluntária de gestação. Há apenas três exceções: gravidez fruto de estupro, risco de morte da gestante e fetos anencéfalos - esta última estabelecida via Supremo Tribunal Federal, em 2012. A Argentina também criminalizava o aborto, até a promulgação da Lei IVE, de *Interrupción Voluntaria del Embarazo* (2021), que retira o status de crime dos abortos de fetos de até 14 semanas. O país também possui outras legislações que protegem os direitos sexuais e reprodutivos, como a licença-maternidade, a lei de Saúde e Reprodução Responsável, de 2002, a lei do parto humanizado, de 2004, e a lei de Educação Sexual Integral (ESI), de 2006, que estabelece o direito a receber educação sexual em escolas públicas e privadas, entre outras garantias.

Nem no Brasil, nem na Argentina, a mera existência de uma Lei significa que os direitos reprodutivos serão plenamente respeitados. Uma busca rápida nos arquivos

de sites noticiosos evidencia dezenas de casos em que adultas e crianças de ambos os países tiveram seus direitos negados ou, pelo menos, dificultados, ao tentar interromper uma gestação. Os obstáculos começam na limitação do acesso à informação e na circulação de desinformação. Falta de conhecimento dos próprios profissionais de saúde que recebem as pessoas que buscam a interrupção legal, pessoas ou organizações mal intencionadas que atuam para dissuadir quem já tomou a decisão de abortar, normas técnicas e portarias que barram a divulgação dos medicamentos usados para provocar o aborto legal são alguns destes impedimentos.

Ativismos e a própria pesquisa científica com perspectiva feminista vêm buscando maneiras de preencher algumas dessas lacunas de acesso à informação e entender os impactos da desinformação e do estigma sobre a saúde reprodutiva das pessoas com útero. Arilha (2012), Diniz e Madeiro (2012) são apenas alguns exemplos de autores que investigam as alternativas clandestinas encontradas para suprir essa ausência, identificando laços e aproximações que contribuem para que se realize o procedimento de maneira segura, ainda que às margens da lei. Alguns desses caminhos passam por espaços físicos, outros por contatos estabelecidos em redes sociais digitais e aplicativos de conversação, como o WhatsApp.

Após uma imersão prolongada em alguns grupos de Facebook e WhatsApp sobre direitos reprodutivos, entendo, enquanto mulher e enquanto pesquisadora, que estes espaços têm sido de fundamental importância para promover o acesso à informação e às experiências de outras mulheres sobre temas como aborto, maternidade, gestação, contracepção e demais aspectos relacionados a direitos reprodutivos. Nem sempre essa informação é de qualidade, nem sempre essas trocas serão positivas para quem escreve e para quem lê. Em muitos casos, colocam as mulheres em risco. Mas elas existem e precisam ser entendidas.

Tendo em vista este papel de intermediário da informação que grupos de mulheres em ambas as plataformas vêm exercendo nos últimos anos, proponho, neste artigo, discutir os usos e aplicações de grupos de WhatsApp e Facebook sobre direitos sexuais e reprodutivos na construção de redes de apoio e no estabelecimento de espaços de diálogo sobre esses temas. Busco responder à seguinte pergunta: quais as percepções das participantes sobre grupos online de mulheres enquanto

espaços de discussão sobre direitos sexuais e reprodutivos? O objetivo geral do artigo é identificar aspectos nestes ambientes digitais que permitem aprofundar o conhecimento das participantes sobre temas como aborto, contracepção e maternidade a partir da troca de informações e experiências pessoais. São objetivos específicos: 1) entender como as *affordances* das plataformas contribuem para a evolução das discussões em espaços formados por mulheres; 2) traçar paralelos entre as experiências das brasileiras e das argentinas com este tipo de grupo.

A discussão é feita a partir de um conjunto de dados empíricos coletados via *websurvey* com 579 mulheres – 470 brasileiras e 109 argentinas. Formado por questões abertas e fechadas, o questionário foi respondido entre o final de 2021 e o começo de 2023 e as respostas foram analisadas quantitativa e qualitativamente, a partir da ideia de narrativas enquanto formas de resistência de grupos marginalizados (LARA, 1998).

O primeiro tópico apresenta o corpus da análise e traz já um primeiro eixo de discussão, em torno das características gerais de uso das redes sociais e aplicativos considerados, bem como algumas comparações entre as plataformas e entre as respostas por nacionalidade. Já o segundo tópico discute o papel dos relatos e narrações de experiências pessoais em redes digitais como um mecanismo de aproximação das mulheres participantes, ainda que essa relação não seja construída sem conflito.

A pesquisa aponta para os grupos de mulheres sobre direitos reprodutivos no Facebook e no WhatsApp como ambientes contraditórios onde prevalecem as sensações de acolhimento e compreensão, ao mesmo tempo em que o sentimento de desconforto com as discussões é citado por quase um terço das entrevistadas e o julgamento aparece como elemento inibidor das narrativas. A segurança e a confiança para compartilhar relatos e histórias pessoais em grupos de mulheres têm pouca influência de fatores como o anonimato. A maioria usa seus próprios perfis para navegar, participar de grupos e comentar publicações, mesmo sobre temas como aborto, por exemplo. As entrevistadas tendem a confiar no próprio bom senso para discernir publicações verdadeiras e de qualidade das que promovem desinformação

e parte significativa delas já tomou decisões que impactaram suas vidas pessoais a partir de informações obtidas em grupos de WhatsApp e Facebook.

2. Usos e preferências nas redes sociais digitais

Para discutir as percepções de mulheres sobre a maneira como utilizam o WhatsApp e Facebook em seu cotidiano, como acessam e navegam em grupos fechados nestes dois ambientes, bem como a relação dos grupos com a construção de redes sociais de apoio, a pesquisa partiu da aplicação e análise quantitativa/qualitativa de um *websurvey* (JONCEW; CENDON; AMENO, 2014), uma adaptação da técnica do *survey*, considerando algumas particularidades das dinâmicas em ambientes digitais. O questionário foi distribuído em formulários online hospedados no Google Forms, disseminados em grupos de Facebook e WhatsApp, bem como compartilhado nas linhas do tempo de diferentes redes sociais da pesquisadora e de pessoas da sua própria rede de contatos no Brasil e na Argentina.

A análise quantitativa dos formulários foi feita a partir do levantamento de frequências simples contabilizadas em uma planilha do Google. Responderam ao questionário 470 mulheres brasileiras e 109 argentinas. Há um predomínio de respondentes brancas, 461 ao todo; 61 são pardas, 29 são pretas, 11 se consideram mestiças, 8 amarelas, 6 indígenas e três não responderam. A maior parte tem entre 30 e 39 anos (251) ou entre 18 e 29 anos (209), enquanto 77 têm entre 40 e 49, e 42 têm acima de 50. Das 579 respondentes, 289 (50%) têm pós-graduação completa ou em andamento, e 158 (27,3%) têm ensino superior completo; 132 têm ensino médio ou superior incompleto (22,1%). Um total de 380 não são mães e outras 199 já têm um ou mais filhos. Tais dados são importantes para situar a investigação e evidenciam que esta não é uma amostra da população feminina brasileira, por exemplo³.

³ Apesar da distribuição do questionário em diversas frentes, desde a circulação do link na internet, em redes sociais e via WhatsApp, até a abordagem de mulheres nas ruas, a pesquisa encontrou limitações para alcançar especialmente mulheres com baixa escolaridade e mulheres não brancas. Este pode ser um indicativo da própria presença em menor número destas mulheres nos espaços analisados, além de produto da limitação do alcance da própria rede da pesquisadora. O número de respondentes argentinas também é muito menor, já que a entrada da pesquisa no país foi curta, de apenas 5 meses.

Das 579 participantes, 291 se consideram feministas no modo de enxergar as relações sociais, mas não atuam como militantes ou ativistas. Por outro lado, 196 se dizem ativistas pelos direitos das mulheres e 79 acreditam que as mulheres devem ter direitos iguais, mas não se consideram feministas. 10 entrevistadas discordam do movimento feminista, outras três proporcionaram respostas abertas: uma delas diz entender que as pessoas não são iguais, mas devem ter direitos iguais, enquanto a segunda defende que feminismo deve ser luta política, não identidade, e a última diz que concorda com o feminismo, mas se identifica melhor a partir do mulherismo africano.

Sobre a participação em grupos online articulados em torno de assuntos específicos – no caso, relacionados a liberdades reprodutivas –, as respostas permitem algumas comparações entre diferentes redes sociais. Os grupos temáticos aparecem com maior intensidade no Facebook; entre todos os temas propostos, a frequência é maior nesta rede do que em relação ao WhatsApp, sendo que a discrepância maior se dá nos grupos que discutem Contraceptivos, e que estão evidentemente mais concentrados no Facebook – 153 participantes dizem participar de grupos sobre o tema nesta rede, contra 32 no WhatsApp.

Há uma distinção entre as respostas das mulheres brasileiras e argentinas na participação de grupos sobre direitos reprodutivos. As comunidades digitais que têm o aborto como temática principal de debate são as que têm mais força entre as respondentes da Argentina: 31% das respondentes estão em grupos sobre aborto no Facebook, e 28% no WhatsApp. No Brasil, estes números são 21% e 6%, respectivamente (TAB. 1). A maturidade da discussão sobre o tema do direito ao aborto e o contexto recente de recém aprovação da Lei IVE contribuem para explicar porque quase um terço das entrevistadas argentinas discutem este tema em uma plataforma ou outra. No Brasil, por outro lado, o número não chega a um quinto, que curiosamente é a mesma proporção de mulheres que já interromperam uma gestação no país - segundo a Pesquisa Nacional do Aborto conduzida por Diniz (2017), em 2014, uma em cada cinco mulheres brasileiras diz ter feito um aborto em algum momento da vida.

TABELA 1
Temáticas dos grupos por plataforma/País

Temáticas dos grupos	Facebook		WhatsApp	
	Brasil	Argentina	Brasil	Argentina
Relacionamentos (namoro, casamento, parceiros)	19,36%	7,34%	8,72%	4,59%
Maternidade (gestação, criação dos filhos, puerpério, parto, pós-parto, etc)	24,47%	3,40%	18,30%	7,34%
Contraceptivos (métodos anticoncepcionais variados, negação da maternidade, decisão de não engravidar ou não ter filhos)	29,79%	11,93%	5,11%	7,34%
Aborto (a evolução do direito ao aborto voluntário no Brasil e na Argentina, autonomia sobre o próprio corpo; direito ao aborto no Brasil; vida a partir da concepção; aspectos morais e religiosos do aborto; efeitos da criminalização do aborto no Brasil, etc).	20,64%	31,19%	6,38%	28,44%
Grupos não específicos, mas que discutem um ou mais dos assuntos listados acima (por exemplo, grupos religiosos ou feministas)	42,55%	32,11%	35,53%	39,45%
Não participei de grupos com nenhuma destas temáticas.	32,98%	44,95%	54,26%	44,04%

*As porcentagens são referentes ao total de respondentes de cada país: 470 brasileiras e 109 argentinas

FONTE – Elaborado pela autora, 2023.

As porcentagens maiores são de "Grupos não específicos, mas que discutem um ou mais dos assuntos listados acima (por exemplo, grupos religiosos ou feministas)". Isso indica que tanto no WhatsApp como no Facebook, as discussões sobre estes temas aparecem de forma mesclada, sem necessariamente segmentar o público, mas entremeadas por outras temáticas, especialmente no WhatsApp, onde 54% das brasileiras e 44% das argentinas dizem discutir liberdades reprodutivas em grupos não específicos. Parte considerável das trocas sobre os temas listados na tabela (TAB. 1), portanto, parecem estar dispersas ou inseridas esporadicamente em conversas em grupos genéricos, articulados em torno de outras temáticas ou de afinidades pré-existentes, como os grupos de amigas e familiares. Como mencionado, várias entrevistadas relataram também estar em mais do que um grupo, utilizando-os para as mais diversas finalidades.

Sobre os usos de aplicativos de conversação e redes sociais, o WhatsApp é o principal empregado no dia a dia das entrevistadas para conversar com outras pessoas: usado por 559 delas, um pouco à frente do Instagram, que foi mencionado

por 500 mulheres. Facebook Messenger é o terceiro mais citado (378), seguido por Telegram (262) e LinkedIn (135). Por fim, aplicativos de relacionamento aparecem em 113 respostas e o Tik Tok em uma minoria de 47, seguido apenas pelo Twitter e outros (Signal, WeChat, Tandem, Teams, Google Meet, Discord, Reddit, Slack, Hangouts, Duo), indicados em 14 respostas.

As finalidades de uso de cada plataforma (TAB. 2) trazem algumas distinções indicativas da função que cada uma ocupa no dia a dia das usuárias. Esta questão do *websurvey* também permite discutir as *affordances* destas ferramentas, entendendo *affordances* como as “propriedades percebidas e reais de uma coisa, principalmente aquelas propriedades fundamentais que determinam como a coisa poderia ser usada” (NORMAN, 2002, p. 9)⁴.

TABELA 2
Finalidade de uso por plataforma/País

Finalidade de uso da plataforma	Facebook		WhatsApp		Total	
	Brasil	Argentina	Brasil	Argentina	Facebook	WhatsApp
Para me conectar com amigos/familiares	250	56	457	103	306	560
Para participar de grupos de interesse	231	47	212	60	278	272
Para buscar informações/tirar dúvidas	159	32	113	28	191	141
Para ler notícias/me manter atualizada	128	45	0	0	173	0
Para o trabalho/estudos	125	18	393	87	143	480
Para comprar/vender produtos	110	30	124	20	140	144
Para conhecer pessoas/fazer amigos	39	7	48	8	46	0
Não uso a plataforma	29	10	0	0	39	0
Para entretenimento/me distrair	12	0	0	0	12	0
Outros	4	2	3	4	6	7

FONTE – Elaborado pela autora, 2023.

Conectar-se com outras pessoas – amigos e familiares – é a principal finalidade de uso do Facebook para mais de metade das entrevistadas (306). No caso do WhatsApp, essa função é apontada por 96% das respondentes, reforçando a força deste aplicativo tanto no contexto brasileiro, como no argentino.

⁴ Há uma série de estudos dedicados a aprofundar o conceito de *affordances*, mas este não é o objetivo deste artigo. Adotamos o conceito de Norman para analisar empiricamente os usos das plataformas pelas respondentes.

O Facebook é utilizado por um terço delas para buscar informações sobre assuntos de interesse e esclarecer dúvidas, o que pode ser explicado pela própria mecânica de funcionamento desta rede social, que facilita a navegação por temas, por meio da barra de pesquisa, do uso de *hashtags* e pela criação de tópicos específicos dentro dos grupos, onde se reúnem publicações a respeito dos temas e subtemas ali discutidos. O esclarecimento de dúvidas também é importante no WhatsApp, embora apareça numa quantidade menor de respostas (24%), o que também pode ser explicado pelas *affordances* da plataforma, no sentido de Bucher e Helmond (2018). Para os autores, mais do que o que as pessoas fazem “com” as plataformas, é importante entendê-las a partir da relação, considerando os recursos que oferecem, mas também os sentidos que os usuários constroem. Embora o WhatsApp disponibilize uma barra de busca, por exemplo, é mais provável que, ao procurar informações ou esclarecer dúvidas, elas o façam verbalizando suas questões a outras usuárias.

A participação em grupos de interesse é uma função que aparece de maneira similar nas plataformas: 278 (48%) dizem usar o Facebook com este fim, e 272 (47%) relatam o mesmo sobre o WhatsApp, considerando os dois países. Comparando as plataformas, mais mulheres argentinas apontam o uso para participar de grupos de interesse no WhatsApp – 60 delas (55%), enquanto 47 (43%) usam o Facebook com este objetivo. No Brasil, a diferença também é baixa, mas o dado se inverte: 212 (45%) participam de grupos de interesse no WhatsApp e 231 (49%) no Facebook.

Perguntadas sobre se buscam ou já buscaram grupos online para tirar dúvidas sobre questões pessoais, de saúde ou comportamento, as mulheres demonstram recorrer mais ao Facebook (342, ou 59%) para isso do que ao WhatsApp (229, ou 39%). O mecanismo de busca de informações costuma ser mais passivo do que ativo, no sentido de que primeiro se recorre ao que já está disponível antes de interagir com os grupos. No Facebook, 183 mulheres (32%) responderam que primeiro procuram no histórico da comunidade se alguém já teve dúvidas similares no passado antes de perguntar diretamente, e outras 134 (23%) dizem apenas ler o que é publicado. Apenas 32 (5%) responderam que fazem publicações próprias, enquanto 25 dizem fazer contato com outras participantes/moderadoras ou comentar nos posts alheios

em situações assim. Esta pergunta não se aplicou em relação ao WhatsApp, por conta da maior dificuldade de navegação e busca de conteúdos no histórico do aplicativo. Por outro lado, laços mais concretos parecem se estabelecer no WhatsApp, possivelmente porque as relações nessas redes já começam através de intermediários com quem se tem algum grau de confiança – se pensarmos que muitas das mulheres entram em grupos de WhatsApp adicionadas por amigas ou conhecidas. Entre as respondentes, 249 mulheres (43%) dizem já ter se tornado amigas de outras que conheceram no WhatsApp uma ou algumas vezes. No Facebook, este número é de 185 (32%).

Os dados acima sugerem que parte significativa das entrevistadas já construiu relações de amizade com pessoas que não conheciam até terem contato via sites de redes sociais ou aplicativos de conversação. Isso indica a centralidade que tais ferramentas ocupam na construção das redes de apoio e das sociabilidades contemporâneas, em que as relações mediadas pela internet ocupam espaços importantes no cotidiano. Cabe lembrar, contudo, que as relações construídas na grupalidade entre mulheres não são uma invenção da internet, haja visto os grupos de reflexões e conscientização que marcaram o feminismo dos anos 60 e 70 nos Estados Unidos, no Brasil (HOLLANDA, 2019, p. 8) e na América Latina como um todo (ROJO LAGARDE; TAFFOYA GARCÍA, 2004). No Brasil, alguns destes grupos tiveram importante participação política na redemocratização e elaboração da Constituição Federal de 1988. Na Argentina, encontros similares também ocorreram, alguns em torno de temas mais específicos, a exemplo do conhecido movimento das *Madres y Abuelas de la Plaza de Mayo*, um grupo de mães que se reuniam para buscar os filhos desaparecidos da ditadura militar, que terminou por se transformar em um dos mais longevos e respeitados movimentos políticos argentinos (BARRANCOS, 2014). Ainda assim, é preciso entender as particularidades das trocas em ambientes digitais como o Facebook e o WhatsApp, já que estes espaços forneceram novas arenas de discussão que dialogam com o cenário contemporâneo do feminismo – trabalhar mais intensamente questões interseccionais, por exemplo – e que permitem outras abordagens a problemas já discutidos historicamente (SARMENTO, 2021, p. 19). Neste sentido, grupos online também carregam o

potencial de mobilização política, como mostraram alguns casos recentes onde a articulação de atuação política foi iniciada em grupos de mulheres no Facebook – é o caso do #EleNão, por exemplo, que começou como um grupo de Facebook e se tornou em uma das maiores manifestações de mulheres nas ruas do país, em 2018.

Mesmo quando a articulação não atinge este grau de alcance, em escalas menores também pode ter impacto sobre as trajetórias individuais das mulheres, a partir das trocas de experiências e relatos. No próximo tópico, será discutido um segundo eixo do *websurvey*, que buscou mapear os comportamentos das mulheres com relação ao compartilhamento de histórias pessoais e interações com outras participantes em sites de redes sociais e aplicativos de conversação.

3. Narrando sentimentos

Perguntadas sobre que tipos de sentimentos suas experiências em grupos de mulheres online despertam ou despertaram, as respondentes indicaram três principais sensações: Bem recebida, Compreendida e Acolhida. Por outro lado, Desconfortável, Julgada e Desrespeitada também são apontadas, assim como Silenciadas e Ignoradas/Excluídas (GRÁF.1).

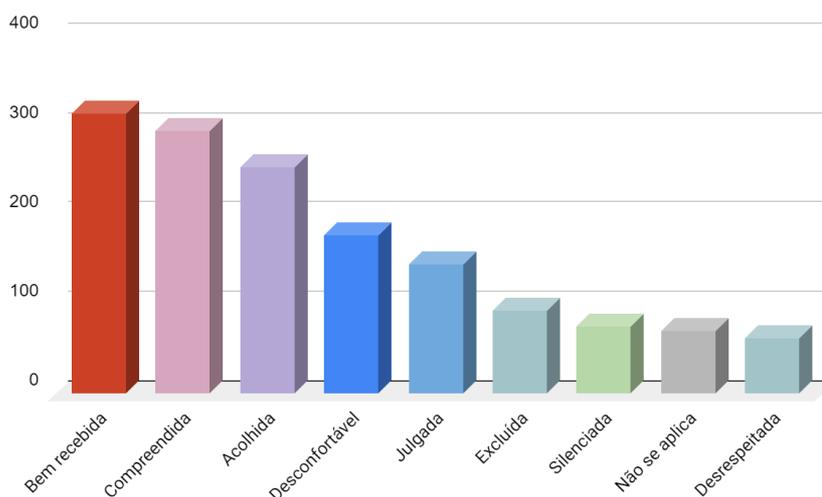


GRÁFICO 1 – Sensações ao participar de grupos online.
FONTE – Elaborado pela autora, 2023.

Como as respostas não falam de um grupo específico e as participantes estão relatando suas experiências de maneira generalizada, muitas contêm indicativos que estão em dois polos distintos. Por exemplo: há as que relatam já terem se sentido acolhidas, mas também julgadas durante sua circulação por um mesmo grupo.

O exemplo a seguir, extraído das respostas da pesquisa, é ilustrativo desta multiplicidade. Após compartilhar um relato muito pessoal de uma violência sofrida, uma das entrevistadas relata experiências distintas que vão do acolhimento à desconfiança e ao julgamento.

(...). Criei um perfil fake e postei pedindo ajuda para saber o que eu poderia fazer, pois fiquei com vergonha de contar para amigas e minha mãe. Muitas me acolheram mas também muitas julgaram com comentários do tipo ""é muito difícil engravidar na primeira vez... essa história está mal contada"⁵

Além de reforçar a pluralidade e a natureza complexa e conflituosa destes espaços online, acentuadas por características como o anonimato e a falta de seriedade ao encarar como reais os problemas vivenciados pela outra (MAIA; REZENDE, 2016; FRIESS; EILDERS, 2015), o comentário também evidencia um aspecto presente nas discussões sobre a formação de redes sociais: o de que contatos que mantêm um certo distanciamento também são importantes dentro desta cadeia de relações.

Conforme observado por Albuquerque Netto e colegas (2017), as redes sociais dos indivíduos (sem se referir às redes sociais digitais) são compostas por relações primárias – familiares próximos como pais, filhos, irmãos e cônjuges, além de algumas amigas mais íntimas – e relações secundárias e terciárias, que incluem amigas não tão nucleares e pessoas conhecidas com as quais não se mantém uma proximidade tão intensa, ou mesmo familiares mais distantes. A pesquisa enfatiza os papéis centrais que redes primárias e secundárias desempenham em algumas situações. Neste sentido, ganham relevância as amigas e instituições de apoio, onde o ato de contar o que está acontecendo, a escuta que provém do outro e a conversa que se estabelece aí são essenciais para que a vítima busque ajuda profissional e tome conhecimento dos recursos disponíveis em âmbitos institucionais,

⁵ Este e os demais trechos citados são retirados das respostas anônimas do Websurvey.

assistenciais e legais (ALBUQUERQUE NETTO et al, 2017, p. 7). Algo muito similar é identificado no comentário destacado acima, em que a entrevistada desta pesquisa também preferiu buscar ajuda online a recorrer à mãe e às amigas.

Não à toa, muitos dos elementos elencados por Kies (2019) como possíveis de serem observados em conversações em ambientes online – a saber: inclusão, igualdade discursiva, reciprocidade, justificação, reflexividade, empatia, sinceridade, pluralidade e impacto externo – também aparecem nos espaços aqui analisados.

Quando a sensação de acolhimento não acontece, as participantes relatam que se sentem mais à vontade fazendo um movimento de saída do grupo, ao invés de continuar o debate ou partir para algum tipo de confronto, conforme os três depoimentos a seguir.

Eu participei de vários grupos durante minha gestação e no pós-parto. Os grupos foram muito importantes para uma compreensão mais real dessa construção da maternidade e das questões da gravidez, me trouxeram muitas informações importantes que me ajudaram a tomar decisões difíceis e pude perceber que o que acontecia comigo também era comum à outras pessoas. Mas assim que fui me sentindo mais distante do puerpério resolvi sair de todos, pq o excesso de informação também gerava muita ansiedade em mim.

Em alguns grupos a experiência é muito positiva em outros nem tanto. Quando não me sinto bem saio.

Quando o grupo é muito atuante ou polêmico eu saio.

O primeiro comentário, especialmente, reforça a característica conflituosa desses espaços e contribui para entender por que, entre as entrevistadas, 155 delas (27%) não se sentem confortáveis para compartilhar relatos pessoais na internet em situação alguma. O excesso de informação e o receio da superexposição e do julgamento das outras integrantes do grupo parece ser uma das justificativas para a cautela ao abrir-se nos grupos, assim muitas delas navegam apenas como observadoras, o que não significa que não seja um tipo válido de participação – ainda que seja uma participação mais utilitária de consumo do conteúdo.

Contudo, o dobro se diz confortável em compartilhar histórias pessoais em algumas situações (321, ou 55%), mesmo que se trate de grupos de pessoas não conhecidas fora da internet. “Me sinto à vontade para compartilhar em grupos de conhecidas ou amigas no WhatsApp” foi a resposta de 129 mulheres (22%), e outras

26 (4,5%) dizem fazê-lo em grupos fechados no Facebook. Muitas indicaram que podem compartilhar relatos pessoais em ambientes digitais quando protegidas por algum recurso ou cuidado com a privacidade. Por exemplo, 28 respondentes (4,8%) afirmam que somente fazem este tipo de relato se estão usando um perfil anônimo, 75 (13%) dizem ocultar detalhes muito pessoais ao fazer um relato e 71 (12%) o fazem quando participam de alguma mobilização ou movimento, como foi o caso da #meuprimeiroassédio, em que mulheres do mundo inteiro fizeram em seus perfis relatos de situações de abuso ou assédio vividas na infância ou adolescência. Ou seja, em situações nas quais as participantes se sentiram protegidas de alguma forma pela coletividade dos relatos. Apenas 37 participantes (6%) responderam que se sentem à vontade para compartilhar relatos com seus próprios perfis sem nenhuma autocensura. Tais relatos impactam não somente quem lê, mas também quem escreve, já que a experiência pode ser “resgatada como núcleo gerador de discursos e práticas que permitem relembrar e relacionar as vivências cotidianas de dominação e resistência, situando-as, nas condições históricas mais amplas em que ocorreram” (HASAN, 2012, p. 65).

Das 579 participantes, 199 (34%) dizem já ter publicado relatos pessoais em grupos fechados no Facebook uma ou algumas vezes, enquanto que no WhatsApp esse número é um pouco maior, de 246 (42%). Somente 22 participantes (4%) dizem que fazem este tipo de relato com frequência via WhatsApp, enquanto no Facebook três publicam relatos frequentes. Destacamos a seguir uma consideração de uma das entrevistadas sobre este aspecto:

Já tive câncer de mama e me sinto a vontade para expor minha história no intuito de ajudar outras mulheres. Além disso, comento em publicações relacionadas ao tema para motivar e informar outras mulheres.

A participante em questão percebe que seu depoimento pode, potencialmente, “ajudar outras mulheres”. Neste sentido, ela atua não apenas expondo seu relato de vida, mas também comenta em publicações sobre o tema para “motivar e informar outras mulheres”. A disponibilidade em instrumentalizar uma experiência pessoal e convertê-la em ferramenta de suporte para seus pares em situações similares dialoga diretamente com o que dizem algumas teóricas feministas com relação ao ato de

empregar experiências pessoais para gerar empatia e engajamento e transformar vivências íntimas e pessoais em tema de debate coletivo. As narrativas compartilhadas por estas mulheres são emancipatórias, no sentido sugerido por Lara (1998), já que promovem transformações, ainda que não sejam transformações institucionais, e sim pessoais. A autora defende a ideia de que a literatura foi a porta de entrada das mulheres à esfera pública, por meio de biografias, autobiografias e narrativas de vida real disfarçadas de ficção. Ao transformar suas histórias em obras de arte, era possível amplificar o alcance de pautas feministas. A autora entende as narrativas como recurso fundamental das lutas das mulheres, especialmente se forem inclusivas e criativas, com a exploração de relatos comoventes e sensibilizadores, sem a intenção de apontar erros e evidenciar as incompatibilidades, gerando assim mais empatia e simpatia pelas personagens das histórias que são compartilhadas.

Narrativas assim elaboradas são, segundo a autora, emancipatórias porque criam “novas formas de poder” e “novas maneiras de revidar contra injustiças passadas e presentes, assim tornando possíveis transformações institucionais” (LARA, 1998, p. 5). Essa potencialidade é o que ela chama de “força ilocucionária” dos movimentos feministas, numa derivação da teoria dos atos de fala de Austin voltada para a observação de movimentos sociais. Dito de outra forma, trata-se da capacidade narrativa de fazer com que mesmo indivíduos com crenças e modos de ver o mundo muito distintos possam chegar a algum ponto de convergência e transformar, ainda que minimamente, sua concepção sobre um determinado assunto. A força ilocucionária deve motivar compreensão e solidariedade, não necessariamente consenso.

No caso das trocas que ocorrem entre mulheres em grupos como os relatados pelas participantes da pesquisa, a força ilocucionária dos relatos pode não promover transformações sociais amplas e alcançar projeção externa, mas promove impactos nas vidas das participantes, se considerarmos que muitas afirmam terem tomado decisões a partir do que foi discutido com as outras mulheres, conforme os depoimentos a seguir:

Já tirei dúvida sobre relacionamentos, já discuti sobre questões pontuais do feminismo, já participei de grupos de contraceptivos o que fez eu optar por colocar um diu de cobre devido aos relatos e informação encontrada lá.

Inclusive, esse contato com grupos de diu de cobre no facebook que me inspirou a fazer meu mestrado sobre informação e contracepção online.

Temos um grupo de mães que começou na escola da minha filha. Somos as mães de esquerda, nos mobilizamos para poder conter as imposições vindas da direita, porém nos tornamos mto amigas e isso mudou o rumo da vida de várias pessoas do grupo.

(...) houve uma ocasião em que discutidos comportamentos suspeitos de homens advindos de Apps de namoro que me levaram a terminar um relacionamento por receio do caminho que estava indo.

Tendo em vista os relatos das três participantes, é inegável, a centralidade que espaços de debate entre mulheres no Facebook e WhatsApp ocupam no cotidiano de algumas delas, que encontram nos grupos online as informações que buscam para empreender mudanças significativas nas próprias vidas – escolher o método contraceptivo, fazer uma pós-graduação, fazer amigas, terminar um relacionamento “tóxico”. Também não se pode ignorar, por outro lado, o risco ao qual muitas delas estão expostas ao tomar atitudes a partir das experiências das demais, contrariando recomendações médicas ou colocando-se em risco a partir da confiança estabelecida com as demais, conforme apontou uma das entrevistadas a seguir.

Acho que tem muito apoio entre os participantes mas considero arriscado os conselhos sobre medicação para quem não está bem.

A participante se refere à sua experiência em um grupo que debate uma condição relacionada à saúde mental, a da bipolaridade, e externaliza a preocupação com os conselhos não especializados sobre o uso de medicamentos. Para ela, embora o apoio seja importante, é preciso tomar cuidado com as recomendações, que deveriam ser feitas pelos médicos das pacientes, já que outras participantes do grupo podem não ter a experiência ou o conhecimento necessários para fazer este tipo de recomendação. Neste sentido, a preocupação também tem relação com uma característica das conversações online discutidas anteriormente: a de que nem sempre os indivíduos que comentam e opinam nestes espaços têm a dimensão do impacto das palavras trocadas nos ambientes digitais sobre a vida do outro. Este segue sendo um desafio essencial da comunicação e das interações em ambientes digitais: a capacidade dos usuários de dimensionar o potencial e o alcance do que é dito nestes espaços.

Assim como as redes sociais offline, as que se estabelecem intermediadas pelas plataformas online também são, portanto, formuladas com base em relações de confiança, acolhimento e respeito, o que não faz com que sejam totalmente livres de conflito, julgamento e desrespeito, elementos que são potencializados pelas próprias *affordances* das plataformas.

4. Considerações finais

A partir da análise quantitativa e qualitativa de um *websurvey* com mulheres brasileiras e argentinas, o presente artigo discutiu as percepções das participantes sobre grupos online restritos a mulheres enquanto espaços de discussão sobre direitos sexuais e reprodutivos.

Os questionários apontaram para uma série de características destes ambientes digitais e usos que as próprias mulheres fazem deles e que permitem que aprofundem seu conhecimento sobre direitos reprodutivos e assuntos relacionados, cuja identificação foi o objetivo geral do texto. Aproximadamente metade das entrevistadas relatam participar de grupos de interesse no Facebook e no WhatsApp, e a maioria já recorreu ao Facebook para tirar dúvidas sobre questões pessoais como saúde e comportamento, mas elas preferem ler e consultar informações pré-existentes no histórico do grupo antes de escrever ou perguntar diretamente sobre suas questões. As discussões sobre direitos reprodutivos aparecem não somente em grupos específicos sobre o tema. Grupos de amigas, familiares e colegas de trabalho são arenas importantes de discussão, aprendizado e troca de experiências, apontados por metade das entrevistadas.

Ambas as plataformas são usadas por pelo menos um terço das participantes para construir laços que vão além das trocas superficiais online, gerando relações de amizade. A pesquisa mostra ainda que mais de 70% das entrevistadas se sentem confortáveis para compartilhar relatos pessoais na internet, com diferentes graus de demandas por privacidade, e boa parte delas já o fez em algum momento pelo WhatsApp ou pelo Facebook. A circulação de relatos pessoais adensa a qualidade da informação disponível nestes espaços, de forma que se colocam como um repositório

de depoimentos e testemunhos para consulta. Ainda que não se trate de relatos voltados a gerar mobilização e transformação social, uma vez que não são grupos ativistas, estes relatos possuem potencial de transformação individual e coletiva, à medida em que expandem o capital cultural das mulheres. Isso não acontece de maneira isenta, contudo. As respostas evidenciam que muitas das mulheres se sentem julgadas pelas informações que compartilham ou compartilharam e afirmam já ter passado ou presenciado situações de conflito.

Além disso, foi possível identificar que a facilidade de busca de conteúdo, a função de arquivo vivo e a possibilidade de criar comunidades secretas, no caso do Facebook, são *affordances* que contribuem para tornar a plataforma um espaço de construção de grupos de mulheres em torno das temáticas relacionadas a direitos reprodutivos, onde encontram informações e têm acesso às experiências de outras pessoas em situações parecidas (Objetivo específico 1). O artigo também traça alguns paralelos entre os usos apontadas pelas argentinas e pelas brasileiras, principalmente no que diz respeito às temáticas (Objetivo específico 2). A principal distinção entre as entrevistadas de ambos os países foi está nos grupos sobre contraceptivos, menos citados pelas argentinas, e nos sobre aborto, que apareceram mais entre estas.

Parte de uma pesquisa mais ampla de doutorado, o presente artigo carrega uma série de lacunas, que incluem a necessidade de aprofundar a discussão teoricamente, a partir de referências sobre o conceito de experiência, por exemplo. Também seria importante ampliar o alcance em relação ao perfil das entrevistadas – maioria de mulheres brancas e com ensino superior. O tema dos grupos de mulheres em redes sociais digitais e aplicativos de conversação se apresenta como um importante objeto de investigação, dado o papel central que tais espaços ocupam na esfera pública e política na atualidade, assim como a centralidade da própria discussão sobre direitos sexuais e reprodutivos.

Referências

ALBUQUERQUE NETTO, Leônidas. MOURA, Maria Aparecida Vasconcelos; ARAUJO, Carla Luzia França; SOUZA, Maria Helena do Nascimento; FERNANDES E SILVA, Giuliana. **As redes sociais de apoio às mulheres em situação de violência pelo parceiro íntimo**. Texto Contexto Enfermagem, v. 26, n. 2, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-07072017007120015>. Acesso em: 10 mai. 2022.

ARILHA, Margareth Martha. **Misoprostol**: percursos, mediações e redes sociais para o acesso ao aborto medicamentoso em contextos de ilegalidade no Estado de São Paulo. *Ciência & Saúde Coletiva*, n. 17, p. 1785-1794, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3sm4KE8>. Acesso em: 12 abr. 2022.

BARRANCOS, Dora. **Los caminos del feminismo en la Argentina**: historias y derivas. *Voces en el fénix*, n. 32, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3nbfMws>. Acesso em: 22 abr. 2022.

BUCHER, Taina. HELMOND, Anne. **The Affordances of Social Media Platforms**. IN: BURGESS, J. MARWICK, A. POELL, T. (Org.). *The SAGE Handbook of Social Media*. Amsterdam: Sage Publications, 2018.

CIPD. **Relatório da Conferência Internacional Sobre População e Desenvolvimento**. Cairo, 1994. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/relatorio-cairo.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2022.

DINIZ, Debora. MEDEIROS, Marcelo. MADEIRO, Alberto. **Pesquisa nacional de aborto 2016**. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, fev. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2BXRtK9>. Acesso em: 27 jan. 2019.

DINIZ, Débora. MADEIRO, Alberto. **Cytotec e Aborto**: a polícia, os vendedores e as mulheres. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2012, n. 17, p. 7, pp. 1795-1804. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/3KLW5DZG9VsBWGHRj78fxTh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mai. 2022.

FRIESS, Dennis. EILDERS, Christiane. **A Systematic Review of Online Deliberation Research**. *Policy & Internet*, 2015, v. 7, n. 3, p. 319-339. DOI: 10.1002/poi3.95.

HASAN, Valeria F. **Un acercamiento a la experiencia en clave feminista**. *Prácticas y usos estratégicos de la Red. Temas de Comunicación*, n 24, pp. 62-78, 2012.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. **Bandeiras tornam-se objetos de estudo (violência, aborto, sindicalização)**. IN: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Ed.). *Pensamento feminista brasileiro*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. Edição do Kindle.

JONCEW, Consuelo C. CENDÓN, Beatriz Valadares. AMENO, Nádia. **Websurveys como método de pesquisa**. *Informação & Informação*, v. 19, n. 3, p. 192-218, 2014. DOI: 10.5433/1981-8920.2014v19n3p192.

KIES, Raphaël. **Analysis on Deliberation**. 04 de abr. de 2019 - 09 de ago. de 2019. 12 p. Notas de Aula.

LARA, Maria Pia. **Moral Textures**: feminist narratives in the public sphere. Cambridge: Polity Press, 1998.

MAIA, Rousiley. REZENDE, Thaianne. **Respect and Disrespect in deliberation across the networked media environment**: examining multiple paths of political talk. *Journal of Computer-mediated Communication*. 2016, ed. 21, p. 121-139.

NORMAN, Don. A. **The design of everyday things**. Basic books, 2002.

ROJO LAGARDE, Valeria. TAFFOYA GARCÍA, Mónica. **Los grupos de reflexión de mujeres**: una alternativa metodológica para el proceso de ciudadanía. *Otras Miradas*, v. 4, n. 1, p. 50-59, jun. 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/183/18340105.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2022.

SARMENTO, Rayza. **Ativismo feminista online**: mapeando eixos de atuação. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 7, p. 19-37, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/20245>. Acesso em: 10 mai. 2022.